

Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto



(Porto, 15 junho 2019)



(Lisboa, 13 julho 2019)

RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS 2019

Lisboa – 2020

INDÍCE

INTRODUÇÃO	4
1. ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURAÇÃO ASSOCIATIVA	5
FUNCIONAMENTO INTERNO.....	5
INFORMAÇÃO, COMUNICAÇÃO E IMAGEM.....	5
FILIADAS E RELAÇÃO REGULAR COM A CONFEDERAÇÃO.....	6
FEDERAÇÕES DISTRITAIS DE COLECTIVIDADES (FDCS).....	6
ASSOCIAÇÕES CONCELHIAS DE COLECTIVIDADES (ACCS).....	6
COLECTIVIDADES ELO.....	6
REPRESENTAÇÕES ASSOCIATIVAS.....	6
2. DIA NACIONAL DAS COLECTIVIDADES	7
COMEMORAÇÕES NACIONAIS.....	7
3. FORMAÇÃO PROTOCOLADA	7
ESTRUTURAS DESCENTRALIZADAS.....	7
CÂMARAS MUNICIPAIS E JUNTAS DE FREGUESIA.....	8
FORMAÇÃO DE MONITORES.....	8
4. SUSTENTABILIDADE	8
QUOTA MÍNIMA NACIONAL.....	8
PROJECTOS E SERVIÇOS.....	8
CRÉDITOS E DÉBITOS.....	9
PESSOAL.....	9
5. SEDE NACIONAL E GABINETES	9
PROCESSO DE TRANSFERÊNCIA / MUDANÇA DA SEDE.....	9
TIPOLOGIA DAS INSTALAÇÕES.....	10
GABINETES DESCENTRALIZADOS.....	10
6. PROJECTOS NACIONAIS	10
PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO PO ISE.....	11
ANÁLISE ASSOCIATIVA.....	12
PUBLICAÇÕES.....	12
REVISÃO DA LEGISLAÇÃO ASSOCIATIVA.....	12
OBSERVATÓRIO DO MAP.....	12
DESPORTO PARA TODOS!	13

EEA GRANTS/ PEJADA / ROTAS DO ASSOCIATIVISMO.....	13
GERAP.....	13
ANIMAR AS ZONAS HISTÓRICAS.....	14
SALVAGUARDA DOS ARQUIVOS ASSOCIATIVOS.....	14
MEDIDAS DE AUTO PROTEÇÃO CONTRA INCÊNDIOS.....	15
7. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS / ESTADO.....	15
CONSELHO ECONÓMICO E SOCIAL (CES).....	15
CONSELHO NACIONAL DA ECONOMIA SOCIAL (CNES).....	15
CONSELHO NACIONAL DO DESPORTO (CND).....	16
CONSELHO NACIONAL DA CULTURA (CNC).....	16
ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS E ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE FREGUESIAS.....	16
FÓRUM ÁLCOOL E SAÚDE (FNAS).....	16
8. RELAÇÕES INSTITUCIONAIS / PARCEIROS SOCIAIS.....	16
CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DE ECONOMIA SOCIAL (CPES).....	16
CONFEDERAÇÃO PORTUGUESA DO VOLUNTARIADO (CPV).....	17
FEDERAÇÃO PORTUGUESA DOS JOGOS TRADICIONAIS (FPJT)	17
CONSELHO PORTUGUÊS PARA A PAZ E COOPERAÇÃO (CPPC).....	17
MOVIMENTO ERRADICAR A POBREZA (MEP).....	17
9. RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	18
EMBAIXADORES ASSOCIATIVOS.....	18
FEDERAÇÃO ESPANHOLA DE AGRUPAMENTOS DE FOLCLORE (FEAF).....	18
OUTRAS FRENTE INTERNACIONAIS.....	19

Nota: Por respeito aos vários autores do texto, poderão encontrar textos que observam Acordos Ortográficos diferentes.

Introdução

Como era esperado, o ano 2019, foi um ano com muitos acontecimentos no plano associativo. No primeiro trimestre, foi concluído o processo de preparação, auscultação para as linhas do Programa de Acção para o mandato e selecção de Dirigentes para os órgãos sociais da nossa Confederação. Foi um processo profundamente democrático e participativo do qual nos devemos orgulhar.

Como o próprio Programa de Acção estipulava, foi dada especial atenção às Estruturas Descentralizadas, procurando identificar as suas dificuldades e as formas de ajudar sem interferir na sua autonomia. Foram feitos contactos regulares e estabelecidos momentos próprios para que as Estruturas pudessem, elas próprias, apresentar o seu trabalho, dificuldades e potencialidades. Foram os casos da participação nos Conselhos Nacionais e no Ciclo de Conferências, realizando uma específica no Porto.

O Projecto da Capacitação teve também um novo impulso, tendo-se destacado diversas iniciativas na actividade “O Associativismo vai dar a volta a Portugal” com inúmeras sessões temáticas em vários pontos do país. O alargamento do número de Gabinetes de Apoio e Atendimento, a sua consolidação em termos de recursos humanos – profissionais e de Dirigentes, foi um importante passo no ano 2019.

O Curso de Estudos Avançados na Universidade, o lançamento do Observatório do MAP e a publicação regular da Análise Associativa, permitem-nos ver com maior clareza que estamos no caminho certo para elaborar os princípios orientadores e da caracterização de uma ideologia associativa autónoma com base teórica, métodos e técnicas próprias, confirmadas pelas experiências de décadas de experiência e de intervenção associativa.

No plano da representação institucional mantivemos a nossa actividade muito intensa, regular e coerente, integrando as nossas posições num quadro diversificado mas orientado para a Economia Social em geral e o MAP em particular. Enquanto agentes de transformação social estamos conscientes que não podemos mudar o Mundo mas podemos aumentar a consciência social dos Dirigentes, defender e desenvolver valores sociais e humanistas através da cultura, do recreio e do desporto.

No plano da sustentabilidade financeira procurámos alternativas mas as condições económicas e financeiras dos nossos parceiros e a insensibilidade de outros, não permitiram encontrar soluções muito diferentes das existentes. A indefinição da Sede Nacional, bem como a absorção do projecto de Capacitação foram determinantes para não se terem dado passos nesta matéria.

A participação das funcionárias/os nas suas várias funções, tarefas e actividades, constituiu um desafio para os Dirigentes e proporcionou um alargamento das actividades e da capacidade de intervenção e acção da Confederação.

1. Organização e Estruturação Associativa

Funcionamento interno

Dando corpo ao previsto nos Estatutos e RGI, demos corpo a Assessorias e no âmbito da CPES foram criados Grupos de Trabalho. Das previstas Comissões Especializadas, somente a da Nova Sede foi constituída.

Convidados Colegas Dirigentes para darem o seu contributo nas áreas da Formação Protocolada; Salvaguarda dos Arquivos Associativos; Análise Associativa; Animar as Zonas Históricas e Mulher no Associativismo.

Foi reavaliado o modelo de funcionamento da Direcção, quer na distribuição e composição territorial, quer na distribuição de áreas associativas, mantendo o respeito pelos cargos e funções estatutariamente previstas.

O Conselho Fiscal desenvolveu acção fiscalizadora preventiva, sempre que lhe foi solicitada, sobre a gestão e sustentabilidade.

A Mesa do Congresso promoverá a feitura do Regimento de funcionamento do CN que será submetido a esta na reunião extraordinária de março de 2020.

O Conselho Fiscal e a Mesa do Congresso tiveram informação detalhada e regular das deliberações da Direcção através das atas desta, e de todos os documentos que solicitaram para esse efeito.

Serão ajustadas as tarefas e funções de todo o pessoal de acordo com a nova estrutura de funcionamento da Direcção.

Informação, Comunicação e Imagem



Foi finalmente constituído o Gabinete de Comunicação e Imagem, cuja necessidade se vinha sentindo ao longo do tempo. Embora ainda com deficiências, tem um dirigente responsável, um assessor e duas funcionárias que lhe prestam a colaboração necessárias. O Guião de funcionamento com a designação “Plano Estratégico de Comunicação da Confederação Portuguesa das Colectividades de Cultura Recreio e Desporto” é resultado de um trabalho final do 1º Curso dos Estudos Avançados realizados na Lusófona no âmbito do Projecto POISE 288.

Da responsabilidade deste gabinete, também recebeu alguma alteração com a introdução de novos temas “A Palavra aos Conselheiros Nacionais”, “O Testemunho de ...” “#para menores de 35anos” além de alguns aspetos gráficos e informativos, são alguns aspetos conseguidos. O Elo, sempre que possível, manterá a sua periodicidade habitual trimestral. Foram colocadas ao dispor das nossas Estruturas e Filiadas 5 Notas Associativas, como habitualmente, tratando de temas diversos e de interesse social e de gestão para o Movimento Associativo Popular.

Filiadas e relação regular com a Confederação

Na medida do possível, procurámos ampliar o conhecimento das dificuldades e problemas sentidos de forma de identificar o número exato de filiadas ativas ou com as actividades suspensas.

Foi lançada uma Campanha de novas filiadas com metas e vantagens de acordo com o momento do ano, beneficiando aquelas que se filiassem no 1º semestre.

No ano de 2019 filiaram-se mais 57 associações na Confederação número ainda longe dos objetivos e das necessidades da Confederação mas que contudo continua a evidenciar uma tendência continua de crescimento do nº de filiadas.

Federações Distritais de Colectividades (FDCs)

Reconhecendo o importante papel das Federações Distritais de Colectividades na nossa Estrutura Associativa Nacional, procurámos sempre caminhos de constante diálogo e de pesquisa de soluções para um melhor funcionamento e futura integração na Plataforma Associativa.

Tudo foi feito para que as FDCs participem nos projectos nacionais da Confederação e na definição e disseminação das posições associativas da Confederação.

Associações Concelhias de Colectividades (ACCs)

Consideradas as Estruturas Descentralizadas mais próximas das Filiadas, continuaram a merecer toda a atenção e apoio pelo que foram pedidas reuniões regulares para estreitar relacionamentos, o que nem sempre foi possível. Procurámos reforçar a ligação às ACCs de forma a mantermos a ligação às filiadas por via destas e assim conhecer melhor os problemas do nosso movimento, do mesmo modo que solicitámos participação nos projectos nacionais da Confederação e na definição e disseminação das posições associativas da Confederação.

Colectividades ELO

Mantivemos a postura de selecionar e valorizar a figura e o papel das Colectividades Elo, embora em 2019 não tenham surgido novos pedidos de reconhecimento. Foram cumpridos os requisitos que estão previstos pelo CN.

Representações associativas

As representações associativas junto das filiadas representaram mais uma importante frente, uma vez que permitiram entrar em contacto com estas e com outras colectividades e associações não filiadas, bem como com entidades de outros sectores da sociedade.

Foram criados textos tipo para intervenções a serem utilizados pelos dirigentes que dissessem necessariamente, a fim de veicularem informações corretas.

2. Dia Nacional das Colectividades

Comemorações nacionais



As comemorações nacionais desenvolveram-se em torno de uma questão central da nossa actividade – as relações de poder. Foi decidido e desenvolvido um ciclo de 3 Debates que começou com uma Conferência na Figueira da Foz, com o apoio da Câmara Municipal e da Associação de Colectividades, subordinada ao tema “As relações do poder associativo com o poder local autárquico. Decorreu na Assembleia Figueirense com elevada participação de público e onde foram abordadas as perspectivas de relacionamento histórico, actual e futuras entre estes dois poderes.

O segundo Debate ocorreu na Casa dos Sindicatos do Porto e subordinou-se às relações interassociativas. Teve uma assinalável participação de Colegas Dirigentes da região Norte mas também de outras regiões. A questão mais debatida foi a importância da estrutura nacional e das relações interassociativas e destas com outras formas de poder. Destaca-se a presença de Dirigentes da Federação Distrital do Porto como convidados e observadores.

A terceira e última Conferência realizou-se em Lisboa, na Academia de Santo Amaro, onde se realizaram as primeiras eleições da Confederação em 2004. Assinalaram-se os 15 anos deste Congresso Eleitoral e foram debatidas as Relações do Poder Associativo com o Poder Central. Foram entregues Galardões e Distinções Associativas a personalidades e entidades.

Às Estruturas Descentralizadas da Confederação coube a realização de comemorações por todo o território. Foi ainda distribuída uma Saudação tipo a todas as filiadas via e-mail.

3. Formação Protocolada

Estruturas Descentralizadas

As medidas de formação protocolada que programamos no PAO 2019 para serem levadas a efeito pelas FDCs e ACCs não foram realizadas. Mas deve de ser referido que no relatório do PO ISE houve encontros mais abrangentes de associações e colectividades.

Câmaras Municipais e Juntas de Freguesia



Durante o ano de 2019 continuámos a investir na Formação dos Dirigentes Associativos, com a revisão dos protocolos com as autarquias, como tinha sido objetivo do ano 2019.

Tornando-se uma forma de sensibilizar e ampliar os conhecimentos dos nossos dirigentes. Realizamos 54 horas de formação e com 23 autarquias.

Embora tenhamos uma ação de formação de sensibilidade bastante diversificada em temas, mas continuamos a não conseguir diversificar mais a área geográfica que se mantém nos distritos de Beja, Évora, Lisboa e Santarém.

Formação de Monitores

A Formação específica de Monitores com o intuito de ter uma formação certificada não se realizou. Houve vários dirigentes que frequentaram o Curso de Estudos Avançados e aumentaram os seus conhecimentos em temas específicos que poderão vir a dar resposta a sessões de sensibilização e dinamização.

4. Sustentabilidade

Quota Mínima Nacional

Em 2019, fruto de deliberação do Congresso Nacional, realizado em março, a quota mínima da Confederação sofreu uma atualização, passando o valor mínimo a ser de 60€.

A quotização tem uma relevância significativa para a estrutura das receitas. Este ano esteve ativa uma campanha extraordinária de recuperação de quotas, que ajudou a que o valor recebido tenha tido um acréscimo de cerca de 24%, ficando, no entanto, abaixo do valor que nos propusemos, no início do ano, que seria de 25%.

Como podem observar o valor de quotização recebida comparado com o de 2018 teve um acréscimo de 11 379.02€, no entanto ainda estamos longe de conseguir a perfeição neste âmbito, pelo que têm sido equacionadas várias formas de cobrança.

Projectos e Serviços

Durante o ano de 2019 manteve-se a política de gestão, de que todos os Projetos e Iniciativas estariam assegurados quer financeiramente, quer a nível de recursos humanos, de forma a que nada inviabilizasse o sucesso dos mesmo.

No que diz respeito aos serviços prestados nas diversas áreas, as receitas angariadas destinaram-se a suprimir os encargos das mesmas, não havendo, em regra geral, excedente.

Créditos e débitos

2019 foi um ano pautado pelo equilíbrio financeiro, tendo chegado o final do exercício com valores a residuais, quer a receber quer a pagar.

Com o PO ISE a reembolsar as verbas mais atempadamente, tornou a gestão de tesouraria mais facilitada, no entanto continua a necessidade de recorrer ao crédito bancário, com a utilização de uma Conta Corrente, cujas despesas não são suportadas pelo mesmo.

Sabendo que o objetivo da CPCCRD não é a de ter Resultados Líquidos Positivos (lucro), salientamos o resultado de 5 383.94€, que evidência a evolução positiva.

Pessoal

Tal como constava do Programa de Atividades para 2019, poderia haver necessidade da readaptação do quadro de pessoal à dinâmica da Confederação, o que de facto veio a acontecer, por decisão de uma das trabalhadoras que rescindiu o seu contrato de trabalho. Face a esta rescisão de contrato de trabalho, foram efetuados todos os procedimentos para a contratação de novo trabalhador (neste caso trabalhadora) para o gabinete Norte, o que se veio a verificar no dia 4 de novembro de 2019. Por esta via, os custos com pessoal comparativamente ao ano de 2018 apenas corresponderam a um aumento residual que não atingiu os 600 € e que essencialmente se deveu ao aumento salarial, para todos os trabalhadores, decidido em sede de Direção Nacional.

No entanto, de salientar que em novembro foi decidido abrir o gabinete Centro, sito em Covilhã, tendo-se iniciado e completado o processo de seleção e recrutamento de 1 técnica administrativa, ainda que a sua contratação apenas tenha sido tornada efetiva no dia 6 de janeiro do corrente ano.

5. Sede Nacional e Gabinetes

Processo de transferência / mudança da sede

Não havendo avanços por parte da CML, mantivemos contatos e bem vivas as nossas necessidades de espaços (600m²) e outras posições transmitidos em reuniões anteriores com o Sr. Presidente e outros técnicos responsáveis da CML. De qualquer forma, a Confederação deve de estar preparada para que a mudança de instalações ocorra durante o ano 2020. Por essa razão o orçamento contempla uma verba para essa finalidade. Encontrando-se no horizonte próximo a mudança de instalações, pode a Confederação necessitar de uma ajuda mais intensa que aquela que hoje se sente por parte das suas filiadas. Não foi possível darem-se quaisquer passos nesse sentido.

Tipologia das instalações

A tipologia das instalações está definida pela CPCCRD. Devemos ter instalações em vários pisos para que se possam instalar os serviços administrativos e técnicos, gabinetes de trabalho para dirigentes e ainda o Centro Nacional de Documentação e o Museu Nacional do Associativismo Popular. As instalações devem ser integradas para que sejam cessíveis a qualquer piso por pessoas com mobilidade reduzida.

Aponta-se para que na distribuição de espaços, possam ser definidas salas dedicadas a entidades e instituições de relevo que, por essa razão, possam contribuir para a sua qualificação e instalação. A equipa de Arquitetos que têm estado a colaborar com a Direção dará continuidade ao trabalho.

Gabinetes descentralizados

Quanto aos Gabinetes Norte, Centro e Sul, resultaram de uma estratégia de descentralização da Confederação que, dando cumprimento à memória descritiva da candidatura do Projecto de Capacitação, foram implementados em instalações alugadas em Ermesinde, Covilhã e Beja, donde esperam bons resultados para o MAP.

Estes Gabinetes têm sido dirigidos por membros da Direção em conjunto com uma Comissão Permanente alargada, com funcionamento regular no apoio aos dirigentes, às estruturas e às filiadas.

Os Gabinetes são apoiados por pessoal técnico e administrativo sob orientação do membro da Direção e da Comissão Permanente.

6. Projectos Nacionais

PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO Nº PO ISE 288 (ANO de 2019)



O ano de 2019 foi de intensa atividade tendo a execução física do PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO atingido os 49%. Para tal, foi dada continuidade à execução das 8 Atividades, que integram a Memória Descritiva candidatada e aprovada.

Em termos da Atividade 1, a equipa de profissionais e os/as Dirigentes diretamente envolvidos/as nos trabalhos da Confederação (Gabinetes, Comissões Permanentes e Estruturas Descentralizadas), cumpriram o que havia sido planeado.

Após rigorosas análises, levadas a cabo entre maio e outubro, bem como após auscultação da vontade e motivação dos/as Dirigentes Associativos/as dos distritos de Castelo Branco, Coimbra, Guarda e Viseu, foi decidida pela Direção Nacional a implementação do 4º Gabinete Polo de Atendimento. O local escolhido foi a cidade da Covilhã. O processo de recrutamento

aconteceu em novembro, tendo a data início do Gabinete sido agendada para 6 de janeiro de 2020. A implementação deste Gabinete Polo de Atendimento contou com o apoio da autarquia local. Esta decisão permitiu que mais um dos grandes objetivos da Fase II do PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO fosse tornado realidade.

Relativamente à Atividade 2, o ano de 2019 ficou marcado pela realização do CONGRESSO ELEITORAL a 30 de março.

Para além do Congresso, a envolver os/as Dirigentes dos Órgãos Sociais da Confederação das Colectividades, em 2019, foram ainda levados a cabo 2 Conselhos Nacionais, um em Vila Nova de Gaia (fevereiro) e outro em dezembro (Lisboa). No âmbito desta Atividade há ainda a destacar:

- O Ciclo de Conferências ASSOCIATIVISMO E DEMOCRACIA, uma iniciativa no âmbito da comemoração dos 94 Anos do Dia das Coletividades, com eventos na Figueira da Foz, Porto e Lisboa.
- A campanha O ASSOCIATIVISMO VAI DAR A VOLTA A PORTUGAL, com eventos realizados de norte a sul do país, levados a cabo pelos vários Gabinetes Polos de Atendimento, em parceria com estruturas descentralizadas e/ou autarquias locais .
- A reformulação da estratégia de comunicação na rede social FACEBOOK. A página da Confederação das Colectividades foi renovada, registando agora transmissões em direto de eventos da Confederação (caso do Congresso Eleitoral), de entrevistas de várias rádios, para além da criação e promoção de eventos da Confederação e das filiadas.

Quanto à Atividade 3, foram realizados 2 Estudos de Opinião e foi dada continuidade à avaliação do impacto do PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO .

As Atividades 4 e 6, tiveram significativo desenvolvimento, ainda que as suas evidências só venham a ter visibilidade no decorrer do 1º semestre de 2020.

A Atividade 5 cumpriu todos os objetivos, nomeadamente a concretização do II ENCONTRO IBÉRICO DE CULTURA ASSOCIATIVA, que se realizou em Espanha, em 24 de novembro. A Atividade 5 registou ainda outro evento que não estava planeado, mas que se revestiu da maior importância para o Movimento Associativo Popular das Comunidades Portuguesas Residentes no Estrangeiro – a participação do I FESTIVAL PORTUGUÊS E BRITÂNICO realizado em junho, em Grantham, Reino Unido. Esta iniciativa foi organizada pela PT CONNECTIONS (coletividade filiada da Confederação das Colectividades, cuja presidente é Conselheira Nacional da Confederação). Participaram o Sr. Cônsul de Portugal em Manchester, o Mayor da cidade de Grantham e em representação da Confederação das Colectividades, Veladimiro Matos.

Relativamente às atividades 7 e 8 cumpriu-se o plano, tendo sido facultada formação profissional aos/às trabalhadores/as e aos/ às Dirigentes em sessões de formação-ação descentralizadas e no âmbito dos ESTUDOS AVANÇADOS.

Análise Associativa - revista científica da CPCCRD

Em 2019 foi publicado o n.º 6 da Análise Associativa. O tema em destaque foi o seguinte: "Governança e sustentabilidade das associações".

Publicações

Desenvolvimento de estudo sobre a democracia e transparência nas entidades da economia social.

No ano de 2019 foi realizada a revisão de literatura e foi, também, delineada a estratégia metodológica.

Para além disso, foram aplicados dois inquéritos por questionário a um universo de 180 associações.

Revisão da Legislação Associativa

Entre meados de 2017 e 2019 foram realizados diversos contactos para apresentação e discussão das nossas propostas de revisão da legislação associativa.

Designadamente, com os grupos parlamentares com assento na Assembleia da República e vários responsáveis governamentais.

Apesar de todo o trabalho realizado, e da boa receptividade em relação às nossas propostas, houve apenas duas ações com algum impacto:

- A alteração legislativa que permitiu a integração da CPCCRD no Conselho Económico e Social;
- E a apresentação de um projeto de lei por parte do PCP para revisão do estatuto do DAV (que acabaria por não ser votado na última legislatura).

Significa isto que há necessidade de retomar (e renovar) os contactos com os novos grupos parlamentares e membros do Governo - já que a esmagadora maioria das nossas propostas continua atual.

Observatório do MAP

Foram desenvolvidos vários contactos com vista à constituição do OBAP. E foram definidas a missão e visão para o Observatório.

O OBAP terá um órgão de coordenação integrando as três entidades parceiras (CPCCRD, Universidade Lusófona e ISCTE-IUL). E um coordenador científico que será o Professor Nuno Nunes - do ISCTE-IUL.

Desporto para TODOS!



O projecto “Desporto para TODOS”, criado numa perspectiva de colocar ao serviço das populações a imensa rede de coletividades do nosso país, tem sido nos últimos tempos alvo de diversas reflexões, até porque não se tratando de uma actividade que promova a competição mas sim o recreio, a actividade física regular e controlada, bem como da promoção de actividades ligadas à tradição local e à defesa da nossa identidade cultural.

2019 foi um ano marcado pela ausência de candidatura ao Contrato Programa junto do IPDJ, tendo em conta que no último ano o projecto apresentado pela CPCCRD foi considerado elegível, tendo inclusive a CPCCRD sido afastada da comissão organizadora dos Jogos Mundiais 2020.

De salientar igualmente que por proposta da CPCCRD junto da Confederação do Desporto de Portugal, foi atribuído à Federação das Colectividades do Distrito de Lisboa o troféu Personalidade do Ano 2019, tendo o mesmo sido entregue na Gala do Desporto realizada no passado dia 29 de janeiro no Casino do Estoril.

EEA Grants / PEJADA / Rotas do Associativismo

Sendo projectos que estavam previstos no PAO.2019, cumpre-nos assumir que estes não tiveram qualquer desenvolvimento no ano 2019.

As tarefas e frentes do dia-a-dia e em crescente exigência e a Capacitação, absorveram grande parte das energias e das disponibilidades físicas e de tempo dos Dirigentes, impedindo-os de desenvolverem estes projectos que, ainda assim, se consideram importante e necessários.

GERAP – Gerontologia Associativa Preventiva

O Projeto de Gerontologia Associativa Preventiva deu os primeiros passos no sentido de fazer o mapeamento do que existe em termos de instituições ou coletividades já com ações de geriatria assim como, das necessidades dos dirigentes associativos com mais de 65 anos e assim encaminhá-los para um resto de vida ativa no associativismo.

No Âmbito do POISE na rúbrica “O Associativismo Vai dar a Volta a Portugal”, foram feitas diversas ações de sensibilização descentralizadas, com uma razoável participação de dirigentes associativos de coletividades filiadas ou não na Confederação, estruturas e autarcas. De considerar a abertura ao diálogo e o interesse manifestado por algumas autarquias no entendimento deste Projeto e da sua divulgação.

Animar as Zonas Históricas



De acordo com o planeado, o Projecto Animar Zonas Históricas deu os primeiros passos no âmbito do POISE e da rúbrica O Associativismo Vai dar a Volta a Portugal, foi conseguida a envolvência da Autarquia de Torres Novas para uma apresentação piloto deste Projeto que ainda não se conseguiram melhores resultados. No entanto foram tentadas outras iniciativas com a envolvência da nossa parceira CPPME e outras associações congéneres desta, que não obtiveram resultados.

Salvaguarda dos Arquivos Associativos



A Salvaguarda dos Arquivos Associativos tem merecido um interesse crescente tal como o projeto de criação do Centro Nacional de Documentação Associativa. A escassez de meios humanos, logísticos, financeiros e a falta de instalações adequadas tem protelado a instalação deste projeto tão necessário para a preservação da nossa memória coletiva.

- Neste sentido, reunimos em várias sessões de trabalho com a DGLAB e com Arquivos Distritais e Municipais;

- Preparámos um Manual de Arquivos para o Movimento Associativo:

- Começámos a preparação de uma segunda Edição do Manual de Arquivos, que se prevê concluída em 2020.

Continuaremos a pugnar pelos três eixos que estão definidos: tratamento e digitalização dos fundos documentais da Confederação; tratamento dos fundos documentais das filiadas centenárias e criação do Manual de Salvaguarda dos Arquivos Associativos que está a ser feito em colaboração com a DGLA/Torre do Tombo.

Colaborámos com a Secretaria Geral do Ministério da Administração Interna conseguindo a doação de várias obras literárias que enriquecem o património da Confederação e o acesso à base de dados do Movimento Associativo e Economia Social de grande importância para a nossa atividade.

Foram efetuadas várias sessões de sensibilização para esta temática: Universidade sénior de Setúbal, 31 de Janeiro “ Os Celtas” – Barreiro, Festas de Setúbal, e Baixa da Banheira.

Medidas de auto proteção contra Incêndios

Procurámos sensibilizar o MAP para a necessidade de implementar estas medidas em como tentamos obter os apoios necessários a nível autárquico, da proteção civil e do Governo.

Em alguns casos estes esforços das associações tiveram algum sucesso mas a generalidade do problema continua por resolver. A nível da CPCCRD foram elaborados mapas de risco e auditorias ao edifício da rua da Palma mas a iminente mudança de instalações não aconselha que se aplique as medidas de auto proteção em toda sua plenitude.

7. Relações Institucionais / Estado

Conselho Económico e Social (CES)

A nossa participação neste importante órgão, veio confirmar a importância do MAP na sociedade portuguesa quer como parte relevante da Economia Social, quer por si própria.

Participámos em todas as reuniões das Comissões Especializadas e no Plenário do CES.

Intervimos e apresentámos propostas em todos os pedidos de parecer, em particular nos instrumentos de gestão nacional: Plano Nacional de Reformas; Conta Geral do Estado.2018; Grandes Opções do Plano.2020; Proposta do Orçamento de Estado.2020.

Em todas elas fomos intervenientes e proponentes. Deixámos a nossa marca nas redações finais dos Relatórios/Pareceres e a Economia Social e as Colectividades de Cultura, Recreio e Desporto passaram a estar inclusas nestes documentos, contribuindo para a visibilidade e reconhecimento deste importante sector.

Por nossa iniciativa, foi oferecido aos membros do CES a edição da Conta Satélite/INE 2019, cedida pela CASES. No final do ano, o Presidente do CES informou que em 2020 seria realizada uma Conferência sobre a Economia Social, reconhecendo assim a nossa insistência e coerência.

Conselho Nacional da Economia Social (CNES)

O funcionamento do CNES continua a ser da maior importância uma vez que neste órgão têm assento as 8 famílias da Economia Social e se discutem os aspectos mais concretos desta área.

Contudo, por razões desconhecidas, o CNES não reuniu nos anos 2018 e 2019. A última reunião realizada foi a 22 de Setembro de 2017. Apresentámos aos parceiros da CPES esta nossa preocupação mas não teve qualquer consequência. Consideramos por isso que houve perdas sérias por este interregno e que o Governo deveria ser responsabilizado por isso.

Conselho Nacional do Desporto (CND)

Participámos em todas as Reuniões do CND apontando propostas para as matérias em que fomos consultados. Fomos a única entidade com representação no CND que questionou o processo de preparação dos Jogos Mundiais 2020 sem qualquer consequência. Registamos o atraso nesta matéria, o nosso afastamento e consideramos que os Jogos Mundiais 2020, a realizarem-se, não terão a participação nem a consequência positiva que era esperada para o Desporto para todos e os Jogos Tradicionais em particular.

Conselho Nacional da Cultura (CNC)

Realizaram-se várias reuniões no Ministério da Cultura, quer com o Director Geral da IGAC - Inspeção Geral das Actividades Culturais, quer com Adjuntos da Ministra. Expusemos as nossas questões mas nenhuma delas teve desenvolvimento. Classificámos as questões em termos de prioridades e possíveis desenvolvimentos. As questões elencadas foram as relações com a Pass Música, SPA, salvaguarda de Arquivos Associativos, IVA nos e Espectáculos Associativos, etc.

Foi abordada a questão da representação institucional no CNC ou numa Comissão Especializada de Cultura Tradicional e Popular mas nada avançou.

Associação Nacional de Municípios (ANMP) e de Freguesias (ANAFRE)

Não tomámos qualquer iniciativa para estabelecer contacto com a ANMP dada a proximidade da realização de eleições por um lado na Confederação e por outro lado, da própria ANMP. O mesmo aconteceu com a ANAFRE.

Fórum Álcool e Saúde (FNAS)

Participamos nas 6 reuniões de apresentação de compromissos, e continuamos com o trabalho de desenvolver o manual de boas práticas de prevenção do álcool e saúde no movimento associativo.

8. Relações Institucionais / Parceiros sociais

Confederação Portuguesa de Economia Social (CPES)

Tendo a nossa Confederação estado na génese desta importante instituição, aceitámos integrar os órgãos sociais desempenhando o cargo de Presidente do Conselho Fiscal. Estivemos presentes através dos nossos 3 Delegados na Assembleia Geral para aprovação do Plano de Actividades e Orçamento 2019 onde apresentámos propostas e recomendações.

Confederação Portuguesa do Voluntariado (CPV)

Estivemos em todas as suas iniciativas Encontro Intermunicipal de Almada, continuando a desempenhar o cargo de Presidente do Conselho Fiscal.

Federação Portuguesa dos Jogos Tradicionais (FPJT)

Sendo a CPCRCD a entidade que fundou a FPJT bem como da relação de grande proximidade que temos junto da FPJT, mantemos a nossa representação na Direção com um vogal (Helder Rodrigues) e um elemento no Conselho Técnico (Ana Canhoto) para o mandato 2019-2022.

Conselho Português para a Paz e Cooperação (CPPC)



Estivemos em todas as iniciativas do CPPC, de solidariedade com o povo da Palestina e Venezuela, iniciamos a preparação do 2º Encontro da Paz que se realizará a 30 de Maio de 2020 em Setúbal.

Movimento Erradicar a Pobreza (MEP)

Ao final de mais um ano que teve muitos altos e baixos no papel e importância do MEP – Movimento Erradicar a Pobreza, Movimento este que tem merecido o nosso apoio na luta diária que é preciso enfrentar em defesa da dignidade daqueles que diariamente sofrem as agruras da vida, que merecem uma palavra de carinho, transmitindo-lhes confiança no futuro e confiança nas nossas iniciativas.

O MEP tem procurado com iniciativas de denúncia e auscultação, postas nos debates realizados ao longo do ano e em todo o País, onde tem sido possível realizar tal tarefa.

A Confederação tem correspondido com o seu apoio possível de forma a que também o Movimento Associativo reconheça nestas iniciativas realizadas onde é possível e nos queiram ouvir.

Em 1995 a Cimeira Mundial sobre o Desenvolvimento Social, comprometeu-se a erradicar a pobreza, o que levou as Nações Unidas a fixar o dia 20 de Fevereiro como o Dia Internacional da Justiça Social. O MEP não pode deixar de se identificar com tais objectivos, apelando assim a que o Movimento Associativo assinale também e apoie estas datas.

Em 2019 com base em dados do INE, os números eram assustadores. Mais de 2.200.000 de pessoas em risco de pobreza, quase 300.000 pessoas sem capacidades para uma refeição, mais

de 2.400.000 sem capacidade para uma casa aquecida, 10,8% da população com trabalho em risco de pobreza.

A nossa intervenção cívica que pretendemos de facto é a Erradicação da Pobreza, só assim é possível haver Justiça Social.

Fizemos chegar aos órgãos de soberania as nossas ideias e propostas, o que levou a que a nossa posição fosse ouvida na Assembleia da República e pelos Partidos Políticos com assento na Assembleia.

Fizemos parte de várias acções, onde o protesto era palavra de ordem e o nosso Movimento era chamado a intervir com destaque nas manifestações do 25 de Abril e 1º de Maio, onde ao longo dos percursos a nossa presença era reconhecida pelo seu papel social.

9. Relações Internacionais

Embaixadores Associativos

No âmbito da Actividade CIMAP da Capacitação, apresentámos uma candidatura ao programa da Secretaria de Estado das Comunidades que não foi aceite. Este projeto visa o estreitamento de relações entre a nossa Confederação e as Associações de Portugueses no estrangeiro e que terá como o título genérico "Embaixadores Associativos". Foram identificadas as razões da recusa, será retificada e reapresentada logo que possível.

Demos alguns passos nas relações internacionais com a Diáspora Lusa, mas a realidade da emigração portuguesa, além do continente europeu é muito diversificada e não se mostrou fácil avançar mais nos contactos.

Federação Espanhola de Agrupamento de Folclore (FEAF)



No seguimento das nossas relações com a FEAF, foram mantidos os vários objectivos que estão já definidos. Houve participação regular nas iniciativas realizadas em Portugal e Espanha com deslocações de Delegações das duas entidades.

Demos um contributo importante na realização do 2º Encontro Ibérico que se realizou em Badajoz, onde foram reafirmados os princípios de colaboração. Foi apresentada uma candidatura ao ERASMUS+, pela FEAF, na qual fomos incluídos como parceiros que visava a cultura imaterial, vocacionada para a área do ensino. Esta candidatura incluía Espanha, Portugal e Itália. Não foi aceite.

Outras frentes internacionais

Mantivemos as relações regulares em eventos da CPLP, iniciando o processo de adesão a esta instituição na qualidade de “Observadores”.

Mantivemos a relação com a OEIA - Organização de Estados Ibero-americanos, tendo a Diretora Geral em Portugal participado numa iniciativa da Confederação que contribui para o conhecimento mútuo das entidades.

Recebemos na sede da Confederação a Embaixadora de Cuba que apresentou cumprimentos, dada a sua recente nomeação.

Lisboa, 16 Março 2020

A Direção